

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Ex.^{mos} Accionistas

Ex.^{mo} Conselho de Administração da

Proruris – Empresa Municipal de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM.

Ex.^{mos} Senhores:

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos dos deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais, na Lei 52-F/2006 e, ainda, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto e, também, da alínea a) do n.º 1 do art.º 52º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, conjugado com o aditamento introduzido pelo Decreto-lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, de acordo com as Normas Técnicas e das Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 24 de Abril de 2014.

Trabalhos Realizados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão da empresa, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável administrativo e financeiro e simultaneamente técnico oficial de contas e, em algumas situações, com a Administração, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa, tendo neste particular sido feitos testes à valorização dos inventários, designadamente para efeitos de apuramento do custo das existências vendidas e matérias consumidas e, conseqüentemente, do inventário final. Verificámos ainda a adequabilidade da sua divulgação no Anexo.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Análise do sistema de controlo interno existente na empresa, com especial incidência nas áreas de compras, recepção, contas a pagar, vendas, expedição e contas a receber, tendo sido efectuados os testes de conformidade apropriados.
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - 2.1- Análise e teste aos saldos bancários apresentados pela empresa;
 - 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores, advogado, seguradora) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela empresa, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;

- 2.3- Inspeção documental dos principais elementos do activo fixo tangível, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de depreciações;
- 2.4- Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
- 2.5- Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.6- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a sociedade;
- 2.7- Análise das operações e saldos com as sociedades e outras entidades onde existem interesses relacionados;
- 2.8- Apreciação da política de seguros, de investimentos e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.

Informações Adicionais

Em consequência do trabalho efectuado, e para além das considerações feitas na certificação legal de contas datada de 24 de Abril de 2014, entendemos dever relatar o seguinte:

Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na percepção ao risco de controlo definido como médio e que tendo em atenção aos valores do quadro abaixo ajustámos em € 7.752.

Dados 2012	Valor €	%	Maior Risco	%	Menor Risco
Balanço					
Activo Líquido	215 421,01 €	2,00%	4 308,42 €	5,00%	10 771,05 €
Capital Proprio	89 900,55 €	2,00%	1 798,01 €	5,00%	4 495,03 €
Total			6 106,43 €		15 266,08 €
Média			3 053,22 €		7 633,04 €
Resultados					
Volume de negócios	570 446,25 €	2,00%	11 408,93 €	5,00%	28 522,32 €
Result. antes imposto	4 794,23 €	5,00%	239,71 €	10,00%	479,42 €
Total			11 648,64 €		29 001,74 €
Média			5 824,32 €		14 500,87 €
Materialidade Média			4 438,77 €		11 056,95 €
Materialidade Global					7 752,86 €
Materialidade Execução					5 039,36 €

1. Depósitos à Ordem

Relativamente à conta 12 – Depósitos à ordem, procedemos à circularização da única instituição bancária (B.P.I.) com quem a empresa teve operações activas e da qual obtivemos resposta. Além disso, procedemos à verificação substantiva e de conformidade das reconciliações bancárias preparadas pela entidade, o que nos permitiu concluir que as todas as contas bancárias conferem com a resposta do banco, como podemos verificar no quadro que se segue:

Quadro dos Depósitos à Ordem

Conta de Razão Nº	Banco Dependência	Saldo Extracto Banco	Itens de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-13
			Empresa			Banco				
			Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
120201	BPI - Conta Geral	0,00 €						0,00 €	0,00 €	
120202	BPI - Formação POPH	320,47 €						0,00 €	320,47 €	
120203	BPI - Formação PME	416,84 €						0,00 €	416,84 €	
120204	BPI - Parque Biológico	5 822,94 €						0,00 €	5 822,94 €	

2. Contas a Receber e a Pagar

2.1 Clientes

Em relação aos clientes procedemos à circularização de saldos relativamente a 7 entidades que representam 92% do saldo global da rubrica “clientes”.

Das 7 entidades circularizadas obtivemos 5 resposta, das quais 4 conferem e 1 foi conciliada.

Relativamente às entidades das quais não obtivemos resposta, verificamos através de procedimentos analíticos de auditoria a evidência necessária para a formação da nossa opinião.

Quadro dos clientes circularizados

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
211110001	Opp - Vinhais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
211110008	Santa Casa Da Misericórdia De Vinhais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
211110017	FZ Agrogestão-Consultoria em Meio Rural, Lda	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
211110021	Ass. de Criadores de Bovinos de Raça Mirandes	22 748,85 €	22 748,85 €	0,00 €	1	CONFERE
211110010	Município de Vinhais	22 293,75 €	22 275,00 €	18,75 €	2	CONCILIADO
211110003	Carne de Vinhais - Matadouro	4 774,19 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
211110019	Corane	14 789,99 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

2.2 Fornecedores

Em relação aos fornecedores procedemos à circularização de saldos relativamente a 9 entidades e obtivemos a resposta de uma, a qual foi conciliada. Em relação às entidades das quais não obtivemos resposta, verificámos através de procedimentos alternativos de auditoria a evidência necessária para a formação da nossa opinião.

Quadro dos fornecedores circularizados

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
221110021	Translimpa	-9,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110040	Mário António Romano	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110047	Agrogestão, Lda	3 099,60 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110062	Drap Norte	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110106	Augusto & Gonçalves Lda	1 487,70 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110108	EDP Comercial	2 076,43 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110074	Ass. Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa	1 845,00 €	0,00 €	1 845,00 €	2	CONCILIADO
221110089	Gustavo Manuel Quintela Paixão - Veterinário	1 800,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
221110020	CENTRO ELECTROTECNICO - CARLOS A. GOMES	1 377,60 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

Verificámos fornecedores com saldo devedor que totalizam o montante de € 807,31, como evidencia o quadro que se segue:

Conta	Descrição	Saldo Débito
221110001	Tipografia Artegráfica - Fernando Fernandes	98,01
221110005	Brigoffice	4,56
221110013	Abln	105,78
221110014	Escritacor, Lda	27,1
221110021	Translimpa	9
221110071	AgroViseu	110,02
221110084	PT - Comunicações	133,64
221110091	Heider Pereira Garção	0,01
221110100	Coop. dos Agric. de Vinhais, Cacovin, CRL	35,36
221110109	Lifeweb	25
221110153	Carla Alves	188,83
221110154	Restaurante O Geadas	70
Total		807,31

2.3 Estado

Relativamente à conta "24 – Estado e Outros Entes Públicos", procedemos à verificação do cumprimento das obrigações legais, fiscais e contabilísticas em relação aos diferentes tributos e, bem assim, à conformidade dos registos contabilísticos.

Da análise efetuada, consideramos relevante referir o seguinte:

- 242 – Retenção de impostos sobre o rendimento, apresenta uma diferença no valor de € 34,90 entre o valor do balancete e as guias do mês de Dezembro; e

- Segurança Social, regista uma divergência no montante de € 334,18 entre os valores processados/balancete e o valor da guia do mês de Dezembro.

2.4 Financiamentos Obtidos

Relativamente a esta rubrica, procedemos à circularização de saldos da única instituição bancária (BPI) com quem a empresa tem operações passivas e da qual obtivemos a respectiva resposta. A 31 de Dezembro, esta rubrica apresenta um saldo no valor de € 33.145,76 referente a um descoberto bancário (conta 120201).

Quadro Financiamentos Obtidos

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
2512102	BPI	33 145,76 €	33 145,76 €	0,00 €	1	CONFERE

2.5 Outras Contas a Receber e a Pagar

2.5.1. Outros Devedores e Credores

Em relação aos “outros devedores e credores” procedemos à circularização de saldos relativamente a 3 entidades, das quais não obtivemos resposta e que tentamos validar através de procedimentos alternativos de auditoria, por forma a obter a evidência necessária para a formação da nossa opinião. Chamamos atenção para o facto do saldo das entidades OPP e ANCSUB advirem, quase na sua totalidade, do saldo de abertura.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
2789111004	CAP - Confederação dos Agricultores de Po	9 175,96 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2789111002	OPP	39 604,50 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
2789111003	ANCSUB	49 277,19 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

De salientar que, os saldos expressos nas entidades acima são referentes a subsídios que se destinam a compensar gastos incorridos com formações.

2.5.2. Devedores e Credores por Acréscimos

Esta rubrica inclui a especialização das remunerações a liquidar no valor de € 49.753,72.

Da análise efetuada não detetámos qualquer situação suscetível de anotação, à excepção das “remunerações a liquidar”, cujo saldo apresenta uma divergência no montante de, aproximadamente, € 435,94, face ao valor por nós estimado/calculado.

2.6 Diferimentos

Relativamente à rubrica 28 – Diferimentos verificámos que o saldo apresentado, no valor global de € 2.844,16, é referente à especialização dos seguros.

3. Investimentos

Esta rubrica registou um aumento no valor de € 830 na rubrica de equipamento administrativo.

Quadro das variações de Investimento

Conta do Razão		Saldo	Movimentos		Saldo Razão
Nº	Descrição	31/12/2012	Aumentos	Diminuições	31/12/2013
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	4 930,84 €	0,00 €	4 930,84 €	0,00 €
422	Investimentos Financeiros noutras Empresas	4 930,84 €		4 930,84 €	0,00 €
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	67 990,28 €	830,00 €	0,00 €	68 820,28 €
432	Edifícios e O.Construções	4 071,17 €			4 071,17 €
434	Equipamento de Transporte	30 732,48 €			30 732,48 €
435	Equipamentos Administrativos	31 683,63 €	830,00 €		32 513,63 €
437	Outros Activos Tangíveis	1 503,00 €			1 503,00 €
438	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	30 029,95 €	5 704,24 €	0,00 €	35 734,19 €
4382	Edifícios e O.Construções	223,27 €	40,71 €		263,98 €
4384	Equipamento de Transporte	16 920,54 €	3 215,19 €		20 135,73 €
4385	Equipamentos Administrativos	12 643,15 €	2 260,47 €		14 903,62 €
4387	Outros Activos Tangíveis	243,09 €	187,87 €		430,96 €

Verificou-se uma diminuição na rubrica 412 – Investimentos financeiros no valor de € 4.930,84, referente à participação na empresa Enercastro. De acordo com escritura, datada de 22 de Novembro de 2013, a empresa Enercastro foi dissolvida.

Da confrontação dos dados do mapa de depreciações face aos valores do balancete, apurámos algumas divergências resultantes de um erro no programa informático, como se pode observar nos quadros abaixo:

Quadro das depreciações do exercício

Conta	Descrição	Contabilidade	Mapas	Diferença
6422	Edifícios e O.Construções	40,71	40,71	0,00
6423	Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00
6424	Equipamento de Transporte	3 215,19	3 841,56	-626,37
6425	Equipamentos Administrativos	2 260,47	2 260,47	0,00
6426	Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00
6427	Outros Activos Tangíveis	187,87	187,87	0,00
Total		5 704,24	6 330,61	-626,37

Quadro das depreciações acumuladas

Conta	Descrição	Contabilidade	Mapas	Diferença
4381	Terrenos e Recursos Naturais	0,00		0,00
4382	Edifícios e O.Construções	263,98	203,55	-60,43
4383	Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00
4384	Equipamento de Transporte	20 135,73	15 569,21	-4 566,52
4385	Equipamentos Administrativos	14 903,52	11 060,01	-3 843,51
4386	Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00
4387	Outros Activos Tangíveis	430,96	391,05	-39,91
Total		35 734,19	27 223,82	-8 510,37

4. Capital, Reservas e Resultados Transitados

No que respeita à rubrica “capital”, este ascende o valor de € 50.000,00 e é detido na sua totalidade pela Câmara Municipal de Vinhais.

As variações ocorridas nesta rubrica são referentes à aplicação do resultado do exercício de 2012, no montante de € 2.075,49, nomeadamente, o valor de € 1.971,71 na rubrica 56 – “resultados transitados” e o valor de € 103,78 na rubrica de “reservas legais”.

Verificámos, ainda, que o saldo no valor de € 6.876,80 registado, no exercício de 2009, na rubrica “571 – Ajustamentos de transição” é referente à aplicação do método de equivalência patrimonial na participação detida na sociedade “Enercastro”, a qual já foi dissolvida, não tendo o mesmo sido saldado e, conseqüentemente reconhecida a variação em resultados transitados.

5. Gastos e Rendimentos

Em relação aos gastos e rendimentos foram realizados testes a várias rubricas, de forma aleatória, para verificar da conformidade dos registos e da razoabilidade dos valores e ainda da necessidade dos custos registados para a obtenção dos rendimentos ou ganhos.

Quadro Gastos/Rendimentos 2012/2013

Rendimentos e Gastos	PERÍODOS		Desvio €	Desvio %
	2013	2012		
Vendas e serviços prestados	570 446,25	349 488,97	220 957,28	63,22%
Subsídios à exploração	277 000,00	150 000,00	127 000,00	84,67%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				
Variação dos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-419 539,37	-280 940,07	-138 599,30	49,33%
Gastos com o pessoal	-408 762,69	-203 784,26	-204 978,43	100,59%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	77,69	109,76	-32,07	-29,22%
Outros gastos e perdas	-7 220,61	-2 144,00	-5 076,61	236,78%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	12 001,27	12 730,40	-729,13	-5,73%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-5 704,24	-5 619,84	-84,40	1,50%
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	6 297,03	7 110,56	-813,53	-11,44%
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00	
Juros e gastos similares suportados	-1 502,80	-1 974,43	471,63	
Resultado antes de impostos	4 794,23	5 136,13	-341,90	-6,56%
Imposto sobre o rendimento do período	-3 589,66	-3 060,64	-529,02	100,00%
Resultado líquido do período	1 204,57	2 075,49	-870,92	-41,96%

Da análise ao quadro acima ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2012, verificámos que a empresa registou uma diminuição de € 729,13 (5,73%) no total do resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos (EBITDA);
- No que se refere ao resultado operacional, verifica-se que a empresa apresenta um resultado operacional inferior ao de 2012 em € 813,53;
- Verificou-se uma diminuição do resultado líquido face ao exercício anterior em € 870,92 (41,96%);

- Relativamente aos rendimentos, foi nas rubricas de “vendas e prestação de serviços” com um aumento de € 220.957,28 e “subsídios à exploração” com um aumento de € 127.000,00 onde se observaram as maiores variações;
- Quanto aos gastos, foram nas rubricas de “fornecimentos e serviços externos” e “gastos com o pessoal” onde se registaram as maiores variações com aumentos de € 138.599,30 e € 204.978,43, respetivamente.

Com a extinção da Turimontesinho EM, e a atividade ter, em parte, passado para a Proruris condiciona a comparabilidade ao nível das diversas rubricas de gastos e rendimentos.

6. Outras Observações

Nos termos da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, deve proceder à adaptação dos Estatutos da sociedade Proruris, E.M. em observância ao prescrito nos artigos 70.º e 19.º desse diploma.

7. Análise económico-financeira

Da apreciação que fazemos quanto à evolução da situação económico-financeira podemos concluir que a empresa apresenta um resultado de exploração favorável, uma vez que os rendimentos obtidos (€ 847.523,94) foram superiores aos gastos incorridos (€ 842.729,71).

Em síntese, verificámos que a empresa teve uma evolução dos indicadores de performance inferiores aos do exercício anterior, o que se traduziu numa diminuição do resultado líquido no valor de € 870,92.

Anotamos, no entanto, o facto de os subsídios à exploração concedidos pelo Município de Vinhais representarem 33% no total dos rendimentos do 1.º semestre, o que, nos termos previstos do n.º 1 do art.º 62 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, reúne condições de enquadramento e de continuidade para funcionar como empresa municipal.

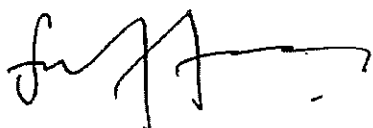
Conclusões

No decorrer do trabalho efectuado não detectámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao contrato da sociedade.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da sociedade "Proruris, Empresa Municipal Desenvolvimento Rural, EEM", tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Acompanhamento e Conclusões de Auditoria, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da empresa e demais órgãos sociais.

Bragança, 24 de Abril de 2014



Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues - (ROC nº 1047)
Em representação da S.R.O.C. Fernando Peixinho & José Lima

